



EDIÇÃO 01 · 2026

O GUIA EXECUTIVO DA TRANSIÇÃO 2026-2033

Reforma Tributária

360

Split payment, crédito condicionado ao fornecedor, reclassificação de todo o seu portfólio. A maior mudança tributária em 60 anos já tem lei, regulamento e data, e as decisões que valem dinheiro são as de agora.

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · MATERIAL INFORMATIVO ·
BRASÍLIA DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

Da conformidade contábil à decisão estratégica

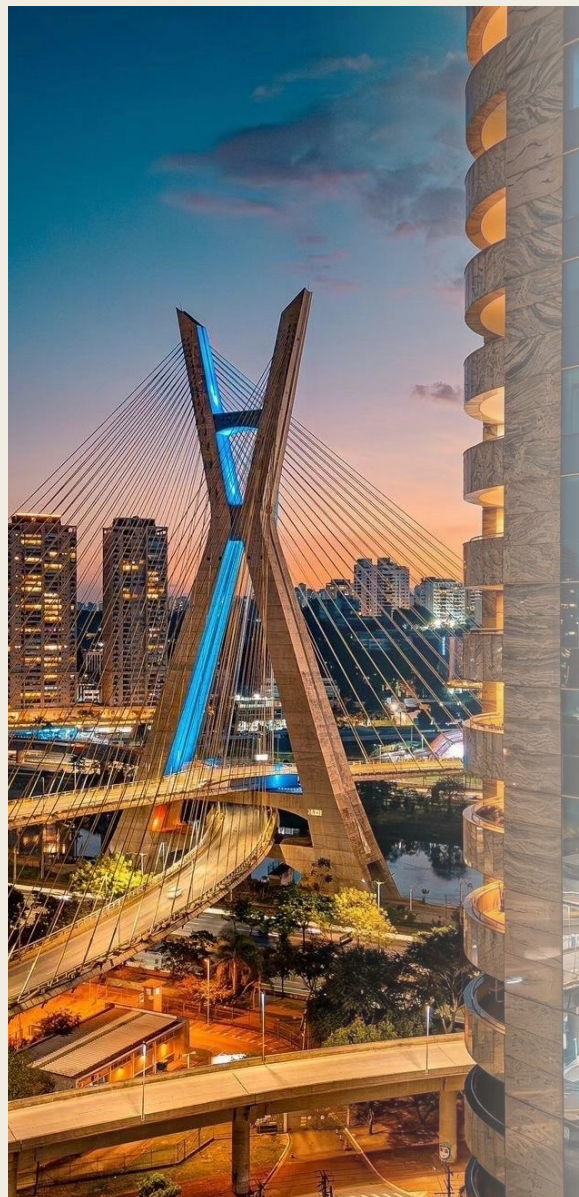
Com a reforma, o tributo passa a ser decidido onde a empresa realmente acontece: na escolha do fornecedor, na formação do preço, na classificação de cada produto, no fluxo de caixa de cada recebimento. Quem tratar isso como rotina contábil vai descobrir o custo da omissão em 2027, pagando mais do que os concorrentes que se moveram antes.

Esta edição explica, sem juridiquês, o que já está em vigor, o que muda a cada ano e o método de trabalho que criamos para conduzir empresas de médio porte por essa transição, com a conta, na ponta do lápis, de quanto isso se paga.

Não é um boletim. É o retrato de como pensamos e trabalhamos: atendimento direto pelos sócios, jurídico e contábil sob a mesma coordenação, e uma leitura de negócio que conecta cada decisão técnica ao resultado da empresa.

Dr. Felipe Ramos & Dra. Nicole Brites

SÓCIOS



São Paulo · sede própria no Brooklin. Atuação nacional a partir de SP, RJ e Brasília.

Índice

01	A reforma em uma página O que muda, e por que agora	05
----	--	----

02	O que está na mesa Alíquota, crédito, destino e regimes	06
----	--	----

03	As duas regras que mexem no seu caixa Split payment e crédito do fornecedor	07
----	--	----

04	A assessoria e o método O que faremos, na prática, do diagnóstico ao pente-fino	08
----	--	----

05	Por que 24 meses, e o que está no pacote O ciclo que decide o jogo	11
----	---	----

06	A conta: quanto isso rende O diagnóstico que se paga sozinho	12
----	---	----

07	Atuação 360, as demais frentes Recuperação, contábil, societário, holding, offshore, cível	14
----	---	----

08	Precatórios: o ativo na mesa R\$ 3 bilhões e o trabalho jurídico que vira caixa	20
----	--	----

09	Glossário, dúvidas e quem conduz Sócios, sedes e diagnóstico gratuito	23
----	--	----

A reforma em uma página

A Emenda Constitucional 132/2023 e a Lei Complementar 214/2025 reorganizam cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um IVA dual: a CBS (federal) e o IBS (estados e municípios), mais o Imposto Seletivo. O IPI é zerado para a maioria dos produtos, mantido de forma residual apenas para proteger a Zona Franca de Manaus. Não é ajuste de alíquota: muda a base, o momento do recolhimento, o lugar onde o imposto é devido e a lógica do crédito.

2026

Ano-teste: CBS 0,9% + IBS 0,1% destacados em nota. É o ano de arrumar a casa sem multa.

2027

CBS entra plena; PIS/Cofins são extintos; nasce o Imposto Seletivo. A virada real de caixa e preço.

2029–32

ICMS e ISS migram gradualmente para o IBS. Benefícios estaduais perdem valor a cada ano.

2033

Sistema pleno. Quem chegou aqui sem planejar atravessou 7 anos pagando caro para aprender.

POR QUE AGORA

Decisão tomada em 2026 produz resultado em 2027. O ano-teste é a única janela para ajustar cadastro, NCM, fornecedores e sistemas sem custo de errar. Quem espera 2027 aprende pagando.

O que está na mesa para a sua empresa

~26,5%

ALÍQUOTA DE REFERÊNCIA (TETO LEGAL)

O teto fixado na LC 214/2025, uma das maiores alíquotas de IVA do mundo. Cada ponto de crédito bem aproveitado, redução setorial ou enquadramento correto vale margem direta.

Crédito

AMPLO, EM TESE

A não cumulatividade plena promete crédito de quase tudo. Na prática, o crédito depende do imposto efetivamente recolhido na cadeia.

Destino

TRIBUTAÇÃO NO DESTINO

O imposto vai para onde está o cliente. Guerra fiscal e incentivos estaduais que sustentam margens hoje têm data para acabar.

Regimes

REDUÇÕES E ALÍQUOTA ZERO POR ITEM

Reduções de 60% e 30%, alíquota zero da cesta básica e regimes específicos, definidos pela classificação de cada item: NCM para bens, NBS e descrição legal para serviços.

As duas mudanças que mexem no seu caixa todos os dias

SPLIT PAYMENT

O imposto sai no momento do pagamento

No sistema novo, a liquidação financeira separa o tributo na hora: quando o seu cliente paga o boleto ou o Pix, a parcela de CBS/IBS é recolhida direto: ela nunca entra no seu caixa.

- O capital de giro que hoje “usa” o imposto entre o recebimento e o vencimento da guia desaparece; quem opera apertado sente na primeira semana.
- Preço, prazo e desconto precisam ser recalculados sobre o valor líquido real, não sobre o faturamento bruto.
- A sonegação da concorrência cai; quem já era organizado ganha vantagem competitiva.

CRÉDITO DO FORNECEDOR

Seu crédito depende de quem você compra

Em regra, o crédito de CBS/IBS está condicionado ao imposto efetivamente recolhido pelo seu fornecedor, ou liquidado via split payment. Fornecedor que não recolhe, recolhe errado ou está no regime inadequado pode cortar o seu crédito, e isso vira custo seu.

- Comprar do Simples, do MEI ou do informal passa a ter um preço tributário mensurável, que precisa entrar na comparação de cotações.
- A escolha e a gestão de fornecedores viram decisão financeira, não só de compras.
- Contratos de fornecimento precisam de cláusulas novas: garantias de conformidade fiscal, repasse e revisão de preço.

A leitura de quem faz isso todos os dias: essas duas regras transferem o jogo tributário do departamento fiscal para a operação: compras, comercial e financeiro. É exatamente aí que a assessoria precisa estar.

O que faremos, na prática

Você não precisa de mais um parecer na gaveta. Precisa de quem esteja na sua operação quando a decisão acontece. O programa coloca a banca dentro da rotina da sua empresa, em quatro frentes permanentes.

O1 Participação ativa no dia a dia

Reunião mensal de comitê, canal direto com os sócios e presença nas decisões que têm efeito tributário: contratação de fornecedor relevante, mudança de preço, novo produto, novo canal de venda. O advogado opina antes da decisão, não depois do problema.

O2 Análise de todos os fornecedores

Mapa completo da cadeia de compras: regime de tributação de cada fornecedor, conformidade de recolhimento e potencial real de crédito. O resultado é um ranking que mostra onde o crédito está garantido, onde está em risco e onde trocar (ou renegociar) fornecedor paga a assessoria sozinho.

O3 Produto a produto, NCM a NCM

Revisão da classificação fiscal de todo o portfólio: enquadramento correto, direito a redução de 60% ou 30%, alíquota zero, Imposto Seletivo e regimes específicos. Classificação errada nos dois sentidos custa caro: pagar a mais destrói margem; pagar a menos vira autuação.

O4 Regime, preço e contratos, ano a ano

Simulação anual do melhor regime na transição (inclusive a permanência ou saída do Simples/presumido), recálculo de precificação com split payment e revisão dos contratos de venda e fornecimento, com a contabilidade parametrizando tudo na escrituração.

Como conduzimos, do primeiro dia ao pente-fino

A assessoria não começa por um parecer; começa por entender a sua operação por dentro. É um trabalho de campo, não de gabinete.

01 Diagnóstico

Reunião presencial na sua empresa. Lemos faturamento, fornecedores e portfólio, e mapeamos onde o dinheiro entra e sai, com contato direto com a contabilidade interna ou externa.

02 Pente-fino

Análise de fornecedores, produtos, créditos e NCM. Verificamos o melhor cenário item a item, cruzando compras, vendas e fiscal para achar o que se paga primeiro.

03 Implementação

O plano vira rotina: parametrização na escrituração, revisão de contratos, recálculo de preço e treinamento do time, com o departamento de compras e o comercial na mesa.

04 Acompanhamento

Comitê mensal, canal direto com os sócios e reuniões pontuais presenciais. A cada virada de fase da reforma, revisamos o cenário e ajustamos a rota.

CANAL DIRETO

Atendimento direto pelos sócios, sem camadas.

Sem triagem, sem camadas. A comunicação é direta com Dr. Felipe e Dra. Nicole, sem intermediários e sem repasse para equipes de apoio: quem estuda o seu caso é quem responde no dia.

Reuniões pontuais presenciais acontecem na sua empresa, onde a operação de fato acontece, e não apenas em pareceres. Estamos presentes nas decisões que definem tributo, da escolha de um fornecedor relevante à formação de preço de um novo produto.

É o departamento jurídico-tributário externo que senta à mesa com a diretoria: disponível para a dúvida rápida do dia a dia e para a decisão estratégica que muda o rumo do ano.



Por que o prazo mínimo é de 24 meses

Porque a reforma não é um evento, é uma sequência. O contrato mínimo de 24 meses cobre exatamente o ciclo que decide o jogo: o ano-teste de 2026, em que ajustamos cadastro, NCM, fornecedores e sistemas sem custo de errar, e o primeiro ano pleno da CBS em 2027, quando preço, caixa e crédito passam a valer dinheiro de verdade. Decisão tomada em 2026 produz resultado em 2027, quem contrata por 6 meses paga pelo diagnóstico e vai embora antes da colheita.

O QUE ESTÁ NO PACOTE

- Comitê mensal com os sócios + canal direto (sem triagem)
- Mapa e ranking de 100% dos fornecedores (regime + crédito)
- Revisão NCM do portfólio completo, com laudo por item
- Simulação anual de regime + recálculo de precificação
- Revisão de contratos de venda e fornecimento (cláusulas da reforma)
- Alertas de regulamentação aplicados ao seu caso (não boletim genérico)
- Relatório executivo trimestral para sócios e diretoria
- Treinamento do time fiscal/financeiro a cada virada de fase

INVESTIMENTO POR PORTE

R\$ 10–20 mi/ano	R\$ 8 mil/mês
R\$ 20–50 mi/ano	R\$ 15 mil/mês
R\$ 50–100 mi/ano	R\$ 25 mil/mês
Acima de R\$ 100 mi/ano	sob proposta

Quanto isso se paga? Façamos a conta.

Tome uma empresa de R\$ 30 milhões/ano de faturamento, o meio da nossa faixa-alvo. A assinatura custa R\$ 15 mil/mês: R\$ 180 mil/ano. Do outro lado da balança, o que um único ciclo de diagnóstico costuma encontrar em empresas desse porte:

0,5–1,5%

do faturamento em crédito mal aproveitado

R\$ 150–450 mil/ano numa empresa de R\$ 30 mi, fornecedores, insumos e despesas com crédito não tomado ou tomado errado.

1–2%

de margem em risco na precificação da transição

R\$ 300–600 mil/ano de preço formado errado com split payment e alíquotas novas, para cima (perde cliente) ou para baixo (perde margem).

5 anos

de créditos passados recuperáveis

A revisão retroativa do sistema atual (PIS/Cofins/ICMS) frequentemente devolve, sozinha, mais do que o custo total do contrato.

Em outras palavras: numa empresa de R\$ 30 milhões, um único diagnóstico bem executado, de NCM, de crédito de fornecedor ou de recuperação retroativa, costuma superar o custo do ano inteiro de assessoria. Tudo o que vem depois é ganho líquido.

Faixas ilustrativas, baseadas na experiência da banca e em referências de mercado para empresas de médio porte. Cada proposta é acompanhada de estimativa própria, por escrito, após o diagnóstico gratuito. Nunca prometemos resultado sem olhar os seus números.

Da empresa que reage à empresa que decide

A diferença entre atravessar a reforma no escuro e atravessá-la com método aparece em cada decisão do dia a dia. É isto que muda quando a banca senta à sua mesa.

ANTES

O imposto era descoberto no fechamento do mês, tarde demais para mudar a decisão.

O crédito do fornecedor era uma surpresa no balanço.

O preço era formado sobre o faturamento bruto.

Créditos dos últimos cinco anos envelheciam na gaveta.

Patrimônio pessoal e risco da operação na mesma cesta.

COM A BANCA À MESA

O imposto entra na conta antes da decisão: fornecedor, preço e produto já nascem otimizados.

Cada fornecedor tem regime e crédito mapeados, com ranking do que garante e do que ameaça a sua margem.

O preço é recalculado sobre o valor líquido real, com o split payment dentro da conta.

O que é recuperável é levantado e habilitado antes de prescrever.

Estrutura patrimonial separada, com holding, sucessão e proteção sob conformidade.

Não é um serviço avulso. É uma coordenação única, jurídica e contábil, que acompanha a empresa mês a mês pela transição, com os sócios à mesa.

Tudo o que uma empresa precisa, sob a mesma coordenação.

Um escritório com a profundidade de um full service e a proximidade de uma boutique. Tributos, patrimônio, governança e finanças conduzidos diretamente pelos sócios.

01 Tributário

Do contencioso fiscal à economia estruturada: defesa em autuações, transação tributária na PGE e PGFN, planejamento e recuperação de créditos dos últimos cinco anos.

02 Societário e Empresarial

O departamento jurídico externo da empresa: contratos, reorganização societária, governança corporativa, acordos de sócios e contencioso empresarial.

03 Wealth Planning

Proteção e continuidade do patrimônio: holdings familiares, sucessão, blindagem patrimonial com conformidade e estruturas offshore com substância.

04 Cível e Contratual

A defesa dos interesses da empresa e dos sócios: contencioso cível, responsabilidade civil, contratos, cobranças, mediação e arbitragem.

05 Contábil & Financeiro

O plano jurídico executado no dia a dia: escrituração e apuração fiscal, folha de pagamento, relatórios gerenciais e consultoria financeira.

Recuperação tributária: o dinheiro que já é seu

A sua empresa provavelmente pagou tributo a mais nos últimos cinco anos, e ainda dá tempo de reaver. Enquanto o sistema atual não acaba, ele continua devolvendo dinheiro a quem revisa. Mas o prazo é de cinco anos: cada mês que passa, um mês de crédito prescreve.

Exclusões da base de PIS/Cofins

O ICMS fora da base (Tema 69, com mérito e modulação já consolidados) e suas teses derivadas, revisão dos períodos não alcançados e habilitação correta dos créditos.

Créditos de insumos mal aproveitados

O conceito de insumo é mais amplo do que a prática da maioria dos departamentos fiscais, frete, embalagem, EPI, comissões, marketing conforme o caso.

ICMS-ST e substituição para trás

Ressarcimento quando a venda real ocorre por valor menor que a base presumida, dinheiro parado em quase todo varejo e distribuição.

Enquadramentos e regimes errados

NCM incorreta, benefícios não aplicados, folha (verbas indenizatórias), revisão administrativa antes de qualquer judicialização.

Como cobramos: levantamento e teses sem custo adicional para assinantes do 360; execução com êxito combinado por escrito antes de qualquer medida. Administrativo primeiro, judicial só quando vale o prazo e o risco.

Dra. Nicole Brites

Sócia · Planejamento tributário e contencioso fiscal · MBA em Gestão Tributária pela USP/Esalq



ATUAÇÃO 360 · FRENTE 2

Contabilidade consultiva: o plano implementado, não arquivado

O seu melhor planejamento tributário morre se a escrituração não o executa. Por isso o seu advogado e o seu contador trabalham na mesma mesa: operamos em parceria com a Internacional Auditoria, casa contábil com mais de 35 anos, onde a história do escritório começou.

Escrituração que executa o plano

Cada decisão do 360, crédito, NCM, regime, nasce parametrizada no ERP e refletida nas obrigações acessórias, incluindo os novos layouts da reforma.

Fechamento mensal gerencial

Números que servem para decidir: margem por produto e canal com o imposto certo dentro, não um balancete que chega no dia 25.

Transição de regime sem ruído

Quando a simulação anual apontar troca de regime, a virada é executada de ponta a ponta, cadastros, sistemas, notas e obrigações.

Jurídico empresarial & societário

O departamento jurídico externo

Contratos de venda, fornecimento e parceria; cobrança e recuperação de crédito; disputas com clientes, fornecedores e ex-sócios; trabalhista estratégico da liderança. A empresa média não precisa de um jurídico interno, precisa de um time sênior que atende no dia, conhece a operação e cobra por assinatura, não por surpresa.

- Revisão e padronização dos contratos que a empresa mais usa
- Régua de cobrança com atuação extrajudicial e judicial
- Gestão do contencioso com relatório executivo mensal

A estrutura de sócios certa

Acordo de sócios que previne o litígio em vez de documentá-lo; reorganizações societárias para crescer, receber investimento ou vender; governança mínima que os bancos e investidores exigem. Na reforma, a estrutura societária também define tributo: cisões e incorporações mal desenhadas travam crédito e regime.

- Acordo de sócios, vesting e regras de saída
- Reorganização societária com trânsito tributário planejado
- Preparação para investimento, sucessão ou venda

O efeito 360: quem cuida do seu tributário já conhece seus contratos, seus fornecedores e seus números, cada frente nova começa no quilômetro dez, não no zero.



ATUAÇÃO 360 · FRENTES 5 E 6

Holding & sucessão: a reforma também chegou à herança

Pouca gente notou: a mesma emenda da reforma tornou obrigatória a progressividade do ITCMD (quanto maior o patrimônio transmitido, maior a alíquota) e abriu caminho para, mediante lei complementar, alcançar heranças e doações com bens no exterior. Planejamento sucessório deixou de ser conveniência: virou corrida contra a mudança das regras estaduais.

Holding patrimonial e familiar

Separação entre o risco da operação e o patrimônio da família; governança entre herdeiros; eficiência fiscal na renda de aluguéis e participações.

Sucessão planejada em vida

Doação com reserva de usufruto, testamento e protocolo familiar, travando as regras de hoje antes que as alíquotas progressivas cheguem ao seu estado.

Proteção com substância

Estruturas defensáveis, documentadas e declaradas, proteção patrimonial séria não é esconder ativo: é organizar antes do problema.

POR QUE AGORA

Cada estado que atualiza sua lei do ITCMD fecha uma janela. Transmissões estruturadas sob as regras atuais preservam alíquotas e critérios de hoje. Depois da mudança, o mesmo patrimônio passa a custar sensivelmente mais para chegar à próxima geração, sem nenhum outro fato novo.

Internacional & offshore: o mundo mudou em 2024

Desde a Lei 14.754/2023, offshores de pessoas físicas passaram a ser tributadas anualmente no Brasil, o jogo de diferimento acabou e muita estrutura antiga ficou cara ou inútil. Ao mesmo tempo, operar, investir e proteger ativos fora continua fazendo sentido, desde que a estrutura seja desenhada para as regras novas.

Revisão de estruturas existentes

Diagnóstico da offshore que você já tem: custo real sob a lei nova, opções de regime, encerrar, manter ou reorganizar.

Estruturação internacional nova

Veículos para investimento, expansão comercial e proteção patrimonial, com substância, tratados e declaração corretas desde o dia um.

Operação e remessas

Importação, exportação e remessas de serviço com o tratamento tributário certo, inclusive os efeitos da reforma sobre operações internacionais.

Compliance contínuo

DCBE, IRPF anual das estruturas e obrigações locais, a manutenção que separa planejamento legítimo de dor de cabeça futura.

Experiência prática: a banca estrutura e mantém operações offshore de clientes do mercado financeiro, securitizadoras e gestoras, onde erro de estrutura não é multa, é o negócio parar.

Dr. Felipe Ramos

Sócio fundador · Holding, estrutura patrimonial e offshore · MBA em Gestão Tributária pela USP/Esalq



ATUAÇÃO 360 · FRENTE COMPLEMENTAR

Cível & contratual: a defesa dos interesses da empresa e dos sócios

Nas relações civis da empresa, responsabilidade, contratos, cobranças e conflitos, a prevenção vale mais que a vitória em juízo. Atuamos antes do litígio e, quando ele é inevitável, com estratégia e leitura de risco.

Contencioso cível

Ações e defesas de alta complexidade, com relatório executivo e leitura de risco para a diretoria.

Responsabilidade civil

Danos, indenizações e, sobretudo, a prevenção, cláusulas e práticas que reduzem exposição.

Contratos e cobranças

Elaboração, revisão e execução; recuperação de valores por via extrajudicial e judicial.

Mediação e arbitragem

Soluções negociadas de conflitos, mais rápidas e discretas que o Judiciário quando cabíveis.

R\$ 3 bilhões em precatórios na mesa: o ativo que a sua empresa pode estar ignorando

Enquanto o país discute o teto de gastos e o parcelamento dos precatórios federais, um estoque de mais de R\$ 3 bilhões em créditos aguarda pagamento nas filas de estados e municípios. Boa parte pertence a empresas que sequer sabem que os têm, ou que não sabem como transformá-los em caixa. É um dos ativos jurídicos mais subaproveitados do balanço das companhias brasileiras.

R\$ 3 bi

em precatórios aguardando pagamento nas filas de estados e municípios.

O crédito que vira caixa

Precatório é a ordem de pagamento que a Fazenda Pública deve honrar depois de perder uma ação judicial em definitivo. Na prática, é dinheiro que o poder público reconhece dever, mas paga em fila. E essa fila anda devagar. Para a empresa credora, o precatório vira um ativo ilíquido: existe no papel, mas não no caixa.

É exatamente nesse ponto que o trabalho jurídico faz diferença. Um precatório bem conduzido pode ser habilitado, compensado com dívidas tributárias do próprio ente devedor, usado como garantia ou, quando fizer sentido, cedido a valor de mercado, antecipando liquidez sem esperar a fila. Cada caminho tem regras, prazos e riscos que precisam ser lidos por quem conhece o tema.

COMO ATUAMOS

Mapeamento e habilitação

Identificamos precatórios e créditos judiciais da empresa e dos sócios, verificamos a regularidade da habilitação e organizamos a documentação para destravar o pagamento ou a cessão.

Compensação tributária

Onde a legislação estadual ou municipal permite, estruturamos o uso do precatório para quitar débitos tributários do mesmo ente, transformando um ativo parado em economia imediata.

Cessão e antecipação

Quando a liquidez é prioridade, conduzimos a cessão do crédito a valor de mercado, com a diligência jurídica que protege o cedente e evita deságios abusivos.

Contencioso e execução

Atuamos na execução contra a Fazenda, no controle da ordem cronológica e na defesa contra tentativas de preterição, garantindo que a empresa não perca posição na fila.

O precatório não é um problema do jurídico do passado. É um ativo do presente, e tratá-lo como ativo, com estratégia e prazo, é o que separa o crédito que vira caixa daquele que envelhece na gaveta.

Dr. Felipe Ramos

Sócio fundador · Holding, estrutura patrimonial e offshore · MBA em Gestão Tributária pela USP/Esalq

A sua empresa está exposta? Responda em um minuto.

Se você marcar três ou mais destes itens, a transição da reforma provavelmente já está custando dinheiro à sua empresa, e uma reunião de diagnóstico se paga.

☐ Você não sabe dizer quantos dos seus fornecedores estão no Simples ou no regime que corta o seu crédito.

☐ O preço dos seus produtos foi formado antes do split payment e nunca foi recalculado sobre o valor líquido.

☐ Ninguém revisou a classificação fiscal (NCM) do seu portfólio nos últimos dois anos.

☐ Você não fez levantamento de créditos tributários dos últimos cinco anos.

☐ O seu patrimônio pessoal e o da empresa estão na mesma cesta de risco.

☐ Você tem precatórios, ações ganhas ou créditos judiciais parados, sem estratégia de recebimento.

☐ A sua contabilidade fecha o mês, mas não te entrega margem por produto e por canal para decidir.

☐ A decisão sobre permanecer ou sair do Simples na transição ainda não foi simulada ano a ano.

Cada item marcado é uma frente onde o trabalho jurídico e contábil, sob a mesma coordenação, transforma risco em economia. O primeiro passo é a reunião de diagnóstico, gratuita e sem compromisso.

A reforma em oito palavras

CBS	Contribuição sobre Bens e Serviços, o IVA federal que substitui PIS e Cofins.
IBS	Imposto sobre Bens e Serviços, o IVA de estados e municípios, no lugar de ICMS e ISS.
Imposto Seletivo	O “imposto do pecado”: incide sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.
Split payment	Recolhimento do tributo no momento da liquidação financeira do pagamento.
Não cumulatividade	Direito de creditar o imposto pago nas etapas anteriores da cadeia.
NCM / NBS	Classificações fiscais que definem o regime de cada bem (NCM) e serviço (NBS).
Tributação no destino	O imposto é devido onde está o consumidor, não onde a empresa produz.
Período de transição	2026 a 2033: a convivência entre o sistema antigo e o novo, ano a ano.

O que os sócios mais nos perguntam

Minha empresa é do Simples. A reforma me afeta?

Sim, e de dois lados. O crédito que seus clientes tomam ao comprar de você muda, e a sua própria escolha entre permanecer no Simples ou migrar precisa ser simulada ano a ano na transição.

Já tenho contador. Por que preciso de vocês?

Porque a reforma tirou o tributo do fechamento contábil e o colocou na operação, compras, preço e contratos. Trabalhamos junto ao seu contador, não no lugar dele: o plano jurídico e a escrituração na mesma mesa.

Vale a pena começar agora, em 2026?

2026 é o único ano em que se pode ajustar cadastro, NCM, fornecedores e sistemas sem custo de errar. Decisão tomada agora produz resultado em 2027, quando o preço e o caixa passam a valer dinheiro de verdade.

Como sei que a assessoria se paga?

Começamos pelo diagnóstico gratuito. Se, nos seus números, não houver crédito mal aproveitado, risco de preço ou recuperação retroativa que justifique o custo, dizemos isso por escrito, e você decide.

Atendimento direto pelos sócios, sem camadas.

Quem estuda o seu caso é quem o conduz. Sem intermediários, sem repasse para estagiários: a experiência sênior na mesa, do diagnóstico à execução.



Dr. Felipe Ramos

SÓCIO FUNDADOR · EMPRESARIAL E
TRIBUTÁRIO

Conduz as frentes empresarial e tributária da banca. Estrutura operações societárias, planejamento tributário e recuperação de créditos para empresas de médio porte, e coordena a integração entre o jurídico e o contábil.



Dra. Nicole Brites

SÓCIA · ADVOGADA TRIBUTARISTA

Tributarista responsável pelo contencioso e pela consultoria fiscal do escritório. Atua na revisão de teses, no acompanhamento da regulamentação da reforma e na aplicação prática das novas regras ao caso de cada empresa.

ONDE ESTAMOS

Um espaço à altura do seu caso.



SEDE PRÓPRIA

São Paulo

Rua Arandu, 57, Conj. 91 e 92
Edifício Itavera · Brooklin



UNIDADE

Rio de Janeiro

Av. Almirante Barroso, 52, 33º andar
Centro · vista para o Pão de Açúcar

Atuação também em Brasília (a partir do 4º trimestre de 2026) e em todo o território nacional.

VAMOS CONVERSAR

Comece pela reunião de diagnóstico.

Traga o último faturamento, os cinco maiores fornecedores e a lista de produtos. Saímos da conversa com as três primeiras oportunidades identificadas, e você decide se caminhamos juntos.

60 MINUTOS

LEITURA POR ESCRITO

SEM COMPROMISSO

WHATSAPP

+55 11 92617-1878

E-MAIL

contato@feliperamosadv.com.br

INSTAGRAM

@fr.advs

SITE

feliperamosadv.com.br



MATERIAL GRATUITO

Receba a próxima edição e o diagnóstico da sua empresa.

Esta edição é distribuída gratuitamente para gestores e empresários que querem atravessar a transição com método. Para agendar o diagnóstico gratuito da sua empresa, ou receber as próximas edições, fale conosco pelos canais abaixo.

WHATSAPP

+55 11 92617-1878

E-MAIL

contato@feliperamosadv.com.br